



**HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.**  
CNPJ Nº 92.787.118/0001-20



## RELATÓRIO INTEGRADO DE 2019

O Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., sociedade de capital fechado, empresa pública, estatal dependente, controlada pela União Federal e vinculada ao Ministério da Saúde, durante o ano de 2019, impulsionamos nossa gestão na busca contínua para contribuir com o Sistema Único de Saúde por meio de atendimento a população sempre prezando pelos princípios éticos, de responsabilidade social, transparência e segurança assistencial. Atendendo às disposições legais e estatutárias, o Grupo Hospitalar Conceição (GHC) apresenta o Relatório Integrado de 2019 conforme prevê a Lei nº 13.303/2016; o conteúdo previsto pela Lei nº 6.404/76, no que se refere ao Relatório da Administração contendo as Demonstrações Contábeis; e à Decisão Normativa - TCU nº 178 de 23 de outubro de 2019. Esse relatório apresenta o desempenho da Instituição e como esta gera valor no curto, médio e longo prazo aos seus stakeholders por meio de um pensamento integrado sob os aspectos operacionais, financeiros e orçamentários, em cumprimento a sua Missão e com o propósito de prestar serviços na área da saúde e ações de ensino e pesquisa. Além das disposições legais, o relato integrado apresenta como uma instituição gera valor ao longo do tempo. Nossa instituição seguiu o modelo proposto pelo *International Integrated Reporting Council* (IIRC), orientado pela estrutura internacional para Relato Integrado. O Relatório Integrado é basilar para demonstrar como geramos valor por meio do desenvolvimento dos nossos capitais. Em 2019, investimos em novas estruturas e tecnologias para atender a necessidade da população. O GHC no exercício reformou diversas áreas físicas

e investiu na qualificação da hotelaria climatizando diversas unidades de internação, proporcionando mais conforto e segurança aos pacientes e colaboradores. Além disso, a construção do Centro de Oncologia do GHC chegou a 30%, sua conclusão está prevista para 2021. A obra irá qualificar a saúde dos pacientes oncológicos e aumentar a oferta de tratamento para essa doença que atinge grande parte da população e aponta crescimento para os próximos anos. Por fim, destacamos que o GHC obteve nota máxima no resultado do 4º Indicador de Governança IG-SEST. O Indicador de Governança - IG-SEST é um instrumento de acompanhamento contínuo desenvolvido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, do Ministério da Economia, com objetivo de avaliar o cumprimento dos requisitos da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e diretrizes estabelecidas nas Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR (criada pelo Decreto nº 6.021, de 22 de janeiro de 2007), que busca implementar nas empresas estatais as melhores práticas de mercado e maior nível de excelência em governança corporativa. O relatório estará disponível na íntegra a partir de 10 de abril de 2020 no site da instituição no link <https://www.ghc.com.br/default.asp?idMenu=governanca&idSubMenu=12575>.

Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2020.

A Diretoria

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

### BALANÇO PATRIMONIAL (em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2019		31/12/2018		PASSIVO	Nota	31/12/2019		31/12/2018	
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>89.156</b>	<b>99.343</b>			<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>565.389</b>	<b>580.435</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	(4)	25.807	25.675			Fornecedores		14.301	16.176		
Contas a receber	(5)	974	4.101			Obrigações trabalhistas		675	847		
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(3b) (6)	(33)	(3.010)			Obrigações tributárias		2	-		
Subvenções a receber	(7)	20.461	20.642			Provisões trabalhistas	(18)	117.661	112.249		
Estoques	(3c) (8)	13.931	18.136			Provisão para indenizações cíveis e trabalhistas	(19)	426.987	430.228		
Adiantamentos a empregados	(9)	14.476	13.915			Subvenções a realizar	(20)	3.019	13.895		
Tributos a recuperar		1.067	1.036			Arrendamentos a pagar	(3i) (16)	380	-		
Depósitos vinculados ou restituíveis	(10)	2.502	5.970			Outras contas a pagar		2.364	7.040		
Outras contas a receber	(11)	14.816	13.937			<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>454.729</b>	<b>429.557</b>		
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(6)	(4.971)	(1.173)			Provisão para indenizações cíveis e trabalhistas	(19)	438.902	415.095		
Despesas antecipadas		126	114			Contribuições com exigibilidade suspensa	(3j) (21)	14.595	14.462		
						Arrendamentos a pagar	(3i) (16)	1.232	-		
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>397.054</b>	<b>376.727</b>			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>(533.908)</b>	<b>(533.922)</b>		
Realizável a longo prazo	(12)	78.797	78.041			Capital social	(22)	81.090	50.869		
Investimentos	(3d) (14)	5.411	5.553			Adiantamentos para futuro aumento de capital	(23)	38.717	30.221		
Imobilizado	(3e) (15a)	310.338	292.237			Reserva de reavaliação em bens próprios	(24)	18.209	18.594		
Direito de uso de arrendamentos	(3g) (16)	1.612	-			Ajustes de avaliação patrimonial	(25)	44.973	45.989		
Intangível	(3h) (15b)	896	896			Prejuízos acumulados		(716.897)	(679.595)		
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>486.210</b>	<b>476.070</b>			<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>486.210</b>	<b>476.070</b>		

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
<b>RECEITA BRUTA</b>		<b>4.195</b>	<b>2.661</b>
Prestação de serviços	(26)	4.195	2.661
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>		<b>4.195</b>	<b>2.661</b>
<b>CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>	(27)	<b>(1.344.877)</b>	<b>(1.282.481)</b>
<b>PREJUÍZO OPERACIONAL BRUTO</b>		<b>(1.340.682)</b>	<b>(1.279.820)</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>		<b>(224.238)</b>	<b>1.064.151</b>
<b>Despesas gerais e administrativas</b>	(28)	<b>(126.013)</b>	<b>(118.315)</b>
<b>Outras receitas operacionais</b>		<b>8.407</b>	<b>1.323.538</b>
Reversão de provisão		846	2.299
Receita eventual - baixa das contribuições		166	1.313.937
Receita eventual		2.147	2.625
Demais receitas		5.248	4.677
<b>Outras despesas operacionais</b>		<b>(106.632)</b>	<b>(141.072)</b>
Provisão para indenizações cíveis e trabalhistas		(97.271)	(116.878)
Perdas estimadas com cré. de liquid. duvidosa	(6)	(4.204)	(20.159)
Demais despesas		(5.157)	(4.035)
<b>RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESP. FINANCEIRAS</b>		<b>(1.564.920)</b>	<b>(215.669)</b>
Despesas financeiras	(31)	(323)	(6.288)
Receitas financeiras	(32)	5.956	863.044
<b>RESULTADO ANTES DAS SUBVENÇÕES DO TESOIRO NACIONAL</b>		<b>(1.559.287)</b>	<b>641.087</b>
<b>SUBVENÇÃO PARA CUSTEIO</b>	(33)	<b>1.520.584</b>	<b>1.433.932</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>	(34)	<b>(38.703)</b>	<b>2.075.019</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO EM R\$</b>		<b>(0,34)</b>	<b>18,36</b>

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
<b>LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b> atribuível ao controlador	(34)	<b>(38.703)</b>	<b>2.075.019</b>
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	(25)	(1.016)	(1.059)
Realização da reserva de reavaliação	(24)	(385)	(384)
<b>RESULTADO ABRANGENTE</b> atribuível ao controlador		<b>(40.104)</b>	<b>2.073.576</b>

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."



**HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.**  
CNPJ Nº 92.787.118/0001-20



### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (em milhares de reais)

Descrição	Nota	Capital social	Adiant. para futuro aumento de capital	Reserva de reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>7.446</b>	-	<b>18.978</b>	<b>47.048</b>	<b>(3.164.314)</b>	<b>(3.090.842)</b>
Realização da reserva de reavaliação	(24)	-	-	(384)	-	384	-
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	(25)	-	-	-	(1.059)	1.059	-
Recebido adiantamento para futuro aumento de capital	(23)	-	30.221	-	-	-	30.221
Transferência do passivo não circulante de adiantamentos para futuro aumento de capital capitalizados no exercício	(23)	451.680	-	-	-	-	451.680
Redução do capital		(408.257)	-	-	-	408.257	-
Lucro do exercício	(34)	-	-	-	-	2.075.019	2.075.019
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>50.869</b>	<b>30.221</b>	<b>18.594</b>	<b>45.989</b>	<b>(679.595)</b>	<b>(533.922)</b>
Aumento de capital	(23)	30.221	(30.221)	-	-	-	-
Recebido adiantamento para futuro aumento de capital	(23)	-	38.717	-	-	-	38.717
Realização da reserva de reavaliação	(24)	-	-	(385)	-	385	-
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	(25)	-	-	-	(1.016)	1.016	-
Prejuízo do exercício	(34)	-	-	-	-	(38.703)	(38.703)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>81.090</b>	<b>38.717</b>	<b>18.209</b>	<b>44.973</b>	<b>(716.897)</b>	<b>(533.908)</b>

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

### DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (em milhares de reais)

Descrição	Nota	2019	2018
<b>RECEITAS</b>		<b>1.528.983</b>	<b>2.739.972</b>
Prestação de serviços	(26)	4.195	2.661
Subvenção para custeio	(33)	1.520.584	1.433.932
Outras receitas		8.408	1.321.239
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(6)	(4.204)	(20.159)
Reversão de provisões		-	2.299
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>		<b>(238.611)</b>	<b>(235.388)</b>
Custo dos serviços prestados		(214.916)	(205.982)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(21.905)	(21.303)
Provisão para indenizações cíveis		(1.790)	(8.103)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>		<b>1.290.372</b>	<b>2.504.584</b>
<b>DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES</b>	(15a)	<b>(23.059)</b>	<b>(22.018)</b>
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>		<b>1.267.313</b>	<b>2.482.566</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSF.</b>		<b>5.956</b>	<b>863.045</b>
Receitas financeiras		5.956	863.045
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>		<b>1.273.269</b>	<b>3.345.611</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		<b>1.273.269</b>	<b>3.345.611</b>
<b>Pessoal</b>		<b>1.299.694</b>	<b>1.251.800</b>
Remuneração direta		1.145.252	1.101.140
Benefícios		65.842	63.105
FGTS		88.600	87.555
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		<b>282</b>	<b>396</b>
Federais		42	281
Municipais		240	115
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		<b>11.996</b>	<b>18.396</b>
Juros		324	6.289
Aluguéis		11.672	12.107
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		<b>(38.703)</b>	<b>2.075.019</b>
Lucro (prejuízo) do exercício	(34)	(38.703)	2.075.019

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO (em milhares de reais)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota	2019	2018
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>	(34)	<b>(38.703)</b>	<b>2.075.019</b>
Ajustes por:			
Depreciações e amortizações	(15a)	23.059	22.018
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(6)	4.204	20.159
Custo do imobilizado baixado ou indenizado		433	2.573
Encargos financeiros sobre o AFAC	(23)	-	5.873
Provisões e reversões		97.412	(2.015)
Realização das subvenções para custeio	(33)	(1.520.584)	(1.433.932)
Bonificações e doações de bens recebidas		(1.912)	(1.279)
<b>Lucro (prejuízo) do exercício ajustado</b>		<b>(1.436.091)</b>	<b>688.416</b>
Redução (aumento) de ativos			
Contas a receber		(254)	(81)
Subvenções a receber		180	(13.812)
Estoques		4.205	(6.993)
Depósitos vinculados ou restituíveis		3.469	1.078
Outras contas a receber		(3.852)	1.456
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		(1.875)	1.881
Contribuições com exigibilidade suspensa		133	(2.173.271)
Provisões para indenizações cíveis e trabalhistas		(76.704)	38.253
Subvenções a realizar		(10.877)	12.756
Outras contas a pagar e provisões		2.178	(182)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades operacionais</b>		<b>(1.519.488)</b>	<b>(1.450.499)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Compras de imobilizado e intangível	(15a,b)	(41.827)	(30.889)
Indenizações de bens segurados		234	-
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>		<b>(41.593)</b>	<b>(30.889)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Recebimento de subvenções para custeio		1.520.584	1.427.102
Recebimento de adiantamentos para futuro aumento de capital	(23)	38.717	30.221
Bonificações e doações de bens recebidas		1.912	1.279
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</b>		<b>1.561.213</b>	<b>1.458.602</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>132</b>	<b>(22.786)</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO</b>		<b>132</b>	<b>(22.786)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		25.675	48.461
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		25.807	25.675
<b>Composição do saldo do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>25.807</b>	<b>25.675</b>
Disponibilidades em conta corrente		622	3.713
Disponibilidades em aplicações financeiras		25.185	21.962

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

### NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (em milhares de reais)

#### NOTA 1 - CONSTITUIÇÃO E ATIVIDADES OPERACIONAIS

Constituída em 26-07-1960 como empresa privada, de capital fechado, com sede em Porto Alegre – RS, a Casa de Saúde Nossa Senhora da Conceição Ltda. teve o nome da sociedade alterado em 10-10-1967 para Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. Mais tarde com a publicação do Decreto nº 75.403, de 20-02-1975, alterado pelo Decreto nº 75.457, de 07-03-1975, 51% das ações do capital social foram declaradas de utilidade pública para desapropriação pela União, na forma do artigo, 5º, alínea "g", do Decreto-Lei nº 3.365, de 21-06-1941, passando a ser uma estatal dependente controlada pela União (conforme define o art. 2º, inciso III da LC nº 101/00), está vinculada ao Ministério da Saúde, através do artigo único, inciso XVII, letra "F", do Anexo do Decreto nº 9.660, de 01-01-2019. Em 26-09-2017 o Conselho de Administração aprovou a mudança da natureza jurídica para empresa pública e a partir de 09-11-2017 passou a ter um único acionista a União. Está sujeita à Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, à Lei nº 4.320/64 e à Lei nº 13.303/16, com suas respectivas alterações e à fiscalização pelo Tribunal de Contas da União. Com a publicação no Diário Oficial da União em 20 de dezembro de 2016 da Portaria nº 2.116, tornou-se uma entidade beneficente de assistência social em saúde. A renovação do referido certificado está em andamento. Possui interesse social, é de utilidade pública e tem o fim exclusivo, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, de planejar, gerir, desenvolver e executar ações e serviços de saúde, inclusive com a manutenção de estabelecimentos hospitalares, de ensino técnico e superior, de pesquisa científica e tecnológica na área de saúde, tudo de acordo com os princípios, normas e objetivos constitucionais e legais do SUS, consoante às determinações do Ministério da Saúde.

#### NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC com base: (i) nas disposições contidas na legislação societária (Lei nº 6.404/76 e alterações, incluindo a aplicação das Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 12.973/14); (ii) na opção pelo Regime Tributário de Transição – RTT de 2008 até 2014; (iii) na adoção das normas internacionais, em 2010, que geraram ajustes de avaliação patrimonial contabilizados no patrimônio líquido; (iv) nos ajustes referentes à adoção inicial da Lei nº 12.973/14, reconhecidos em subcontas em 2015 e baixados em 12/2018 em função da obtenção da imunidade total dos impostos e contribuições; (v) na elaboração da demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 9 - Demonstração do Valor Adicionado. Esta é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP. A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços prestados, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços, aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios; (vi) as contas do imobilizado e do patrimônio



**HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.**  
CNPJ Nº 92.787.118/0001-20



líquido encontram-se corrigidas até 31 de dezembro de 1995 conforme dispõe o artigo 4º da Lei nº 9.249/95 e (vii) os benefícios da isenção das contribuições obtidas com o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS foram reconhecidos na contabilidade a partir de janeiro de 2015 com base em parecer jurídico. Com a obtenção da imunidade das contribuições previdenciárias em 24-08-2018 e as demais contribuições em 20-11-2018 as referidas contribuições foram baixadas em agosto e dezembro de 2018 respectivamente. Estas demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria em 23-01-2020.

**NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

- a) **Receitas e despesas** - As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas de subvenções para custeio são reconhecidas no resultado quando utilizadas, conforme disposto no item 12 da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistências Governamentais.
- b) **Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa – PECLD** - Constituída de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.430/96, alterado pelo artigo 8º da Lei nº 13.097/15, e com o artigo 71 da Instrução Normativa SRF nº 1.700/2017 (nota 6).
- c) **Estoques** - São demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não excede o valor de mercado (nota 8).
- d) **Investimentos** - Os investimentos em fundos e em participações em outras empresas são adequados, ao preço de mercado e os outros investimentos ao valor de realização estimada, todos mediante constituição ou reversão de provisões para perdas (nota 14).
- e) **Imobilizado** - Está demonstrado ao custo de aquisição ou construção corrigido monetariamente conforme legislação vigente até 31 de dezembro de 1995 (custo histórico). Em 25 de agosto de 1997 os terrenos e edificações foram reavaliados por empresa especializada. Desde 2009, as depreciações são calculadas pelo método linear sobre o custo, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado para os bens, suportado por laudo técnico elaborado por empresa especializada. As benfeitorias em imóveis de terceiros estão suportadas por contratos de cessão de uso do imóvel, com prazo de vigência indeterminado, razão pela qual foram depreciadas de acordo com o prazo de vida útil estimado para os bens, entre 50 e 60 anos. A amortização de edificações em imóveis de terceiros, registrada no imobilizado, foi calculada com base no prazo do contrato de locação do imóvel. Em 2010 foi adotado o *custo atribuído* conforme Interpretação Técnica – ICPC 10, que gerou ajuste de avaliação patrimonial. Em 2015, com a adoção inicial da Lei nº 12.973/14, os ajustes foram reconhecidos em subcontas do imobilizado e em 12/2018 em função da obtenção da imunidade total dos impostos e das contribuições as subcontas foram eliminadas por não ser mais necessário este controle (nota 15a).
- f) **Teste de Impairment** - O teste de impairment deve ser aplicado para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido redução ao valor recuperável de um ativo. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial deste ativo, e que aquele evento teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros, se estes puderem ser estimados de forma confiável. No Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., como a depreciação já é calculada com base no tempo de vida útil e todos os bens que tiverem o custo de recuperação/manutenção maior que cinquenta por cento do seu valor de mercado são considerados irre recuperáveis e baixados, conforme item 6 do Manual de Administração Patrimonial de Bens do Imobilizado do GHC e parágrafo IV, art. 3º do Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018. Razão pela qual o Comitê de Análise do Patrimônio em seu parecer datado de 31-12-2019, conclui que “não existem evidências objetivas que justifiquem a realização de Teste de Recuperabilidade para os ativos do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. e suas filiais”.
- g) **Direito de uso de arrendamentos** - É um ativo que representa o direito do arrendatário de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento e está contabilizado no ativo não circulante (notas 3i e 16).
- h) **Intangível** - Está demonstrado ao custo de aquisição e desde 2009 a amortização é calculada com base no tempo de vida útil estimado para a utilização dos bens (nota 15b).
- i) **Arrendamentos** - São os contratos de arrendamentos que transfere o direito de usar um ativo por um período de tempo em troca de contraprestação, transferindo substancialmente os riscos e benefícios do arrendador para o arrendatário. Após minuciosa análise de todos os contratos de aluguel, os contratos que se enquadravam na norma do Conselho Federal nº 2017/NBC TG 06 (R3) – Arrendamentos, foram contabilizados o direito de uso e a depreciação no ativo não circulante e a obrigação no passivo circulante e não circulante (nota 3g e 16).
- j) **Contribuições com exigibilidade suspensa** - Estavam sendo questionadas em ações judiciais onde era solicitada a imunidade tributária (nota 21).
- k) **Provisões para contribuição social e imposto de renda** - Embora isentos da contribuição social sobre o lucro líquido desde 2016, em função do CEBAS, em 20-11-2018 o Hospital obteve na justiça a imunidade das contribuições do PIS/PASEP, COFINS e da CSLL, razão pela qual esta provisão também não é mais calculada da mesma forma que já ocorria com o IRPJ desde o reconhecimento da imunidade tributária dos impostos em 2015.

**NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Contas	31-12-2019	31-12-2018
Bancos	622	3.713
Aplicações financeiras	25.185	21.962
<b>Total</b>	<b>25.807</b>	<b>25.675</b>

Incluem os depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata, em moeda nacional e estão depositados na conta única do governo federal.

**NOTA 5 - CONTAS A RECEBER**

Contas	31-12-2019	31-12-2018
Município de Porto Alegre – Gestor do Sistema Único de Saúde– SUS	-	3.335
Créditos com Pesquisas	256	634
Sócias locatárias	29	24
Outros clientes – estágios	196	105
Outros clientes - taxa de submissão	2	3
Outros clientes – taxa de inscrição em concurso	491	-
<b>Total</b>	<b>974</b>	<b>4.101</b>

- a) **Município de Porto Alegre – Gestor do Sistema Único de Saúde - SUS** – O saldo a receber em 2018 se refere à parte dos valores faturados no período de 05/2014 a 11/2017 de incentivos, Gestão de Alto Risco, CAPS e Rede Básica, pela prestação de serviços aos usuários do SUS. Em função do ingresso de ação judicial de cobrança pelo não pagamento o valor a receber de R\$ 3.335 mil foi transferido para o ativo não circulante em junho de 2019. A partir de janeiro de 2018 com a mudança na orçamentação do custeio, o Hospital não depende mais da autorização do município para receber os valores incluídos no orçamento do custeio, estes serão repassados pelo Ministério da Saúde, conforme a necessidade financeira do Hospital, razão pela qual se deixou de emitir as notas fiscais de prestação de serviços contra o Município de Porto Alegre/RS.
- b) **Créditos com Pesquisas** – Créditos a receber referentes dez por cento do valor pago pelos patrocinadores da pesquisa clínica aos médicos contratados, para avaliar a eficácia e segurança de um novo medicamento ou procedimento, após aprovação ética do estudo. O valor cobrado visa cobrir o custo hospitalar incluindo os exames realizados.
- c) **Sócias locatárias** – São créditos a receber de pessoas físicas que possuem um contrato assinado pelo antigo fundador do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. que dá a elas o direito vitalício de morar nas dependências do Hospital, com direito a assistência médica e ressarcimento das despesas com o seu funeral. Os créditos a receber se referem ao valor cobrado mensalmente pela alimentação fornecida e corresponde a 50% do salário mínimo nacional.
- d) **Outros clientes** – Nesta conta estão agrupados os valores a receber referentes estágios realizados nas diversas unidades do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. por alunos de medicina, técnicos de enfermagem e de radiologia. Assim como o valor a receber referente a Taxa Administrativa de Submissão de Protocolos Clínicos, para análise inicial dos documentos administrativos dos estudos clínicos para a realização de pesquisas. Também está registrada nesta conta parte da receita referente a taxa de inscrição em concurso público realizado por empresa contratada.

**NOTA 6 - PERDAS ESTIMADAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA**

Ativo	31-12-2019				31-12-2018			
	Saldo inicial	Acréscimos	Baixas e transf.	Total	Saldo inicial	Acréscimos	Baixas e transf.	Total
<b>Circulante</b>								
<b>Contas a receber</b>								
Município de Porto Alegre	(2.985)	(350)	3.335	-	(4.291)	(19.400)	20.706	(2.985)
Outros	(25)	(10)	2	(33)	(23)	(7)	5	(25)
<b>Subtotal</b>	<b>(3.010)</b>	<b>(360)</b>	<b>3.337</b>	<b>(33)</b>	<b>(4.314)</b>	<b>(19.407)</b>	<b>20.711</b>	<b>(3.010)</b>
<b>Outras contas a receber</b>								
Cessão de pes. a est. e munic.	(17)	(3.210)	(71)	(3.298)	(7.515)	(326)	7.824	(17)
Cessão de pes. a outras entid.	(51)	-	(17)	(68)	(51)	-	-	(51)
Adiantamentos a empregados	(78)	(53)	66	(65)	(69)	(41)	32	(78)
Devolução e abatimento a forn.	(1.027)	(581)	68	(1.540)	(777)	(360)	110	(1.027)
<b>Subtotal</b>	<b>(1.173)</b>	<b>(3.844)</b>	<b>46</b>	<b>(4.971)</b>	<b>(8.412)</b>	<b>(727)</b>	<b>7.966</b>	<b>(1.173)</b>
<b>Total</b>	<b>(4.183)</b>	<b>(4.204)</b>	<b>3.383</b>	<b>(5.004)</b>	<b>(12.726)</b>	<b>(20.134)</b>	<b>28.677</b>	<b>(4.183)</b>
<b>Não circulante</b>								
<b>Realizável a longo prazo</b>								
Município de Porto Alegre	-	-	(3.335)	(3.335)	-	-	-	-
Cessão de pes. a est. e munic.	(11.065)	-	431	(10.634)	(3.954)	(25)	(7.086)	(11.065)
<b>Subtotal</b>	<b>(11.065)</b>	<b>-</b>	<b>(2.904)</b>	<b>(13.969)</b>	<b>(3.954)</b>	<b>(25)</b>	<b>(7.086)</b>	<b>(11.065)</b>
<b>Total</b>	<b>(15.248)</b>	<b>(4.204)</b>	<b>479</b>	<b>(18.973)</b>	<b>(16.680)</b>	<b>(20.159)</b>	<b>21.591</b>	<b>(15.248)</b>

O saldo acumulado das contas é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos.

**NOTA 7 - SUBVENÇÕES A RECEBER**

Ativo circulante	31-12-2019	31-12-2018
<b>Prestação de serviços</b>		
Saldo no início do exercício	6.830	-
Valor a receber	198.110	193.046
Valor transferido de reformas	9.212	-
Valor transferido de residência de profissionais de saúde	3.000	-
Valor recebido	(199.457)	(186.216)
Saldo no final do exercício	17.695	6.830
<b>Reformas</b>		
Saldo no início do exercício	554	-
Valor a receber	13.456	1.453
Valor transferido para prestação de serviços	(9.212)	-
Valor recebido	(2.032)	(899)
Saldo no final do exercício	2.766	554
<b>Demais custeios</b>		
Saldo no início do exercício	13.258	13.258
Valor recebido	(13.258)	-
Saldo no final do exercício	-	13.258
<b>Total</b>	<b>20.461</b>	<b>20.642</b>

Em cumprimento à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 07(R2) – Subvenção e Assistências Governamentais, estão registradas no ativo circulante com contrapartida no passivo circulante as subvenções para custeio a receber do Ministério da Saúde, pelo total orçamentado diretamente no orçamento do GHC pela Lei Orçamentária Anual nº 13.808 em 2019 e 13.587 em 2018. Quando os recursos são repassados pelo Ministério da Saúde, conforme a necessidade financeira de desembolso do Hospital, estes são baixados desta conta (notas 20 e 33). Estas subvenções são utilizadas para custear as despesas com:

- a) **Prestação de serviços** – A partir de 01/2018 os recursos que eram oriundos de prestação de serviços passaram a ser orçamentados diretamente no orçamento do GHC, razão pela qual, o Hospital deixou de emitir as notas fiscais de serviços contra o gestor do SUS, o Município de Porto Alegre/RS e de classificar contabilmente como prestação de serviços, na receita bruta, como era feito até 31-12-2017. O acréscimo do valor a receber é devido a suplementação do orçamento que remanejou parte dos recursos de reformas e de residência de profissionais de saúde para prestação de serviços.
- b) **Reformas e demais custeios** – Servem para custear as despesas com a manutenção de bens imóveis (reformas) e demais despesas de custeio em geral. A redução do valor a receber é devido a suplementação do orçamento que remanejou parte dos recursos de reformas para prestação de serviços.

**NOTA 8 - ESTOQUES**

Contas	31-12-2019	31-12-2018
Almoxarifados	10.925	15.523
Farmácias	1.532	1.440
Subalmoxarifados	1.468	1.170
Estoques em poder de terceiros	6	3
<b>Total</b>	<b>13.931</b>	<b>18.136</b>

Os estoques se compõem de materiais de consumo a serem utilizados ou consumidos no processo de prestação de serviços e estão demonstrados por local de armazenamento.

**NOTA 9 – ADIANTAMENTO A EMPREGADOS**

Contas	31-12-2019	31-12-2018
Salário	14.468	13.899
Décimo terceiro	7	15
Vale transporte	1	1
<b>Total</b>	<b>14.476</b>	<b>13.915</b>

Os adiantamentos de salários se referem basicamente a adiantamento de férias pago em dezembro que será descontado dos empregados em janeiro do ano seguinte e a saldo de salários que não pôde ser descontado dos empregados que estavam afastados sem receber salário. A mesma situação acontece com os valores não descontados de décimo terceiro e vale transporte.

**NOTA 10 - DEPÓSITOS VINCULADOS OU RESTITUÍVEIS**

Contas/descrição	31-12-2019	31-12-2018
<b>Retido de fornecedores</b>		
Saldo anterior	2.096	1.298
Depósitos	1.793	1.450
Rendimentos	93	104
Baixa pelo pagamento	(1.820)	(756)
<b>Subtotal</b>	<b>2.162</b>	<b>2.096</b>
<b>Cíveis</b>		
Saldo anterior	3.869	3.654
Rendimentos	288	215
Devolvido ao Hospital	(1.414)	-
Baixa pelo pagamento	(2.570)	-
<b>Subtotal</b>	<b>173</b>	<b>3.869</b>
<b>Trabalhistas</b>		
Saldo anterior	5	2.096
Depósitos	59.061	58.177
Rendimentos	48	156
Devolvido ao Hospital	-	(2.249)
Baixa pela disponibilização ao reclamante	(58.947)	(58.175)
<b>Subtotal</b>	<b>167</b>	<b>5</b>
<b>Total</b>	<b>2.502</b>	<b>5.970</b>



**HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.**  
CNPJ Nº 92.787.118/0001-20



Os valores retidos de fornecedores são em cumprimento a IN SLTI/MPOG nº 06/2013 e IN SLTI/MPOG nº 05/2017 as quais visam garantir que as empresas terceirizadas tenham recursos para pagar os encargos trabalhistas quando devido aos seus empregados. A contrapartida está registrada no passivo circulante em outras contas a pagar. Os depósitos cíveis e trabalhistas são vinculados a ações com trânsito em julgado registradas no passivo circulante, em obrigações trabalhistas e em outras contas a pagar. Com a individualização dos depósitos em conta específica a favor do reclamante, os depósitos são baixados desta conta, visto que a responsabilidade pelo pagamento ao reclamante passa a ser da instituição financeira detentora do depósito.

**NOTA 11 - OUTRAS CONTAS A RECEBER**

Contas/descrição	31-12-2019	31-12-2018
Cessão de pessoal a estados e municípios	3.670	3.566
Cessão de pessoal a outras entidades	68	68
Devolução, abatimentos e multas a fornecedores	1.904	1.710
Convênios	28	25
Adiantamento a terceiros	978	1.021
Créditos a receber de ações judiciais	7.846	7.541
Créditos a receber de outras ações judiciais	2	2
Outros créditos a receber	320	4
<b>Total</b>	<b>14.816</b>	<b>13.937</b>

- a) **Cessão de pessoal a estados e municípios** – Alguns funcionários foram cedidos a diversas secretarias e municípios, todos no Estado do Rio Grande do Sul. No entanto com raras exceções a falta de pagamento tem sido a causa principal do aumento do saldo. Tem vários casos que os empregados já não estão mais cedidos, no entanto os valores não foram recebidos. Foi feito em 2018 uma análise minuciosa destes saldos e de todo o pessoal cedido com vistas ao cumprimento da legislação, especialmente do Decreto nº 9.144, de 22 de agosto de 2017.
- b) **Cessão de pessoal a outras entidades** – Trata-se de funcionários que foram cedidos para dois sindicatos: Sindaúde - embora este sindicato esteja ressarcindo os valores das cedências atuais há as cedências referentes ao período de junho a novembro de 2015, que não estão sendo pagas e permanecem no saldo: Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio Grande do Sul – são valores referentes a cessão de uma funcionária cedida no período de agosto e setembro de 2017.
- c) **Devolução, abatimentos e multas a fornecedores** – São créditos a receber de fornecedores por devolução de mercadorias, abatimentos (glosas) e multas pelo descumprimento de cláusulas contratuais por consequência da aplicação de penalidades previstas em contratos.
- d) **Convênios** – Refere-se ao valor repassado em 27-01-2010 à entidade conveniada chamada Africanamente – Centro de Pesquisa Reg. e Preservação de Tradições Afro-Descendentes no valor original de R\$ 40 mil, que por não prestar contas em tempo hábil, assumiu o compromisso de devolver o valor atualizado pelo IGP-M parcelado em sessenta meses, dos quais já foram recebidas quarenta parcelas, falta receber vinte parcelas.
- e) **Adiantamentos a terceiros** – São valores pagos aos fornecedores de vale transporte a ser creditado aos funcionários no início do próximo mês.
- f) **Créditos a receber de ações judiciais** – Refere-se ao acordo realizado com o município de Porto Alegre - RS na ação judicial de repetição de indébito, referente a Imunidade Tributária. O valor de R\$ 7.846 mil corresponde a duas parcelas já vencidas em 07/2018 e 07/2019 e ainda não recebidas. Os demais valores a serem recebidos estão registrados no longo prazo e serão quitados com a construção de duas unidades de saúde. Esta em estudo a possibilidade de se renegociar o referido acordo para se quitar os valores a receber com a dação em pagamento de bens imóveis.
- g) **Créditos a receber de outras ações judiciais** – Resulta de um acordo judicial realizado em 02/2015 com a Tops Consultoria Empresarial Ltda. no valor original de R\$ 3 mil a ser recebido em seis parcelas atualizadas pelo IGP-M, das quais foram recebidas somente quatro.
- h) **Outros créditos a receber** – São créditos a receber referente o aluguel de área física a diversas associações de funcionários e também uma sala destinada a cafeteria alugada para a F. S. Gastronomia Eirele – EPP e a sexta parcela do contrato de exclusividade com o Banco do Brasil S.A. pela prestação de serviços bancários, pagamento da folha de pagamento, depósitos judiciais, etc., que são recebidos no mês seguinte.

**NOTA 12 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO**

Contas	31-12-2019	31-12-2018
Créditos e valores - Município de Porto Alegre	40.127	36.792
Créditos e valores - repetição de indébito de ação trabalhista	75	-
Cessão de pessoal a estados e municípios	10.634	11.065
Depósitos judiciais cíveis	131	123
Depósitos judiciais trabalhistas	25.817	27.920
Créditos a receber de ações judiciais tributárias - COFINS	1.728	2.612
Créditos a receber de ações judiciais tributárias - ICMS	1.209	1.170
Créditos a receber de ações judiciais tributárias - Tributos Municipais	9.401	9.401
Créditos a receber de ações judiciais tributárias - INSS	3.374	-
Créditos a receber de ações judiciais tributárias - ADIR/Estadual	270	-
Créditos a receber de outras ações judiciais - fornecedores	-	23
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(13.969)	(11.065)
<b>Total</b>	<b>78.797</b>	<b>78.041</b>

- a) **Créditos e valores** – A receber do Município de Porto Alegre/RS se refere a parte dos valores faturados e não recebidos pelos serviços prestados durante os meses de 05/2014 a 11/2017. O acréscimo no saldo em 2019 de R\$ 3.335 mil corresponde ao valor transferido do ativo circulante em 06/2019 devido o não recebimento e por consequência pelo ingresso de mais uma ação judicial de cobrança contra o Município de Porto Alegre. Os créditos e valores referentes à repetição de indébito de ação trabalhista tem origem na devolução de parte de uma ação judicial por erro na atualização do cálculo.
- b) **Cessão de pessoal a estados e municípios** – São valores a receber pela cessão de pessoal a diversas secretarias do estado do Rio Grande do Sul, em 31-12-2019 o valor a receber era de R\$ 1.750 mil (R\$ 1.772 mil em 31-12-2018) e aos municípios de: Porto Alegre, R\$ 8.367 mil (R\$ 8.446 mil em 31-12-2018), Canoas, R\$ 213 mil (R\$ 219 mil em 31-12-2018), Sapucaia do Sul, R\$ 218 mil (R\$ 323 mil em 31-12-2018), Fortaleza, R\$ 305 mil, nos dois exercícios, valores estes incluídos em ação judicial de cobrança.
- c) **Depósitos judiciais cíveis** – Destinados a garantir o pagamento de processos em andamento sem prazo estimado para realização. Atualizados pelo índice de correção da poupança.
- d) **Depósitos judiciais trabalhistas** - São para *recursos*, e estão depositados na Caixa Econômica Federal – CEF. A atualização é feita pelo mesmo coeficiente de remuneração das contas vinculadas utilizado por aquela instituição financeira. São liberados pela justiça por alvará para pagamento de dívidas trabalhistas aos reclamantes ou podem retornar para o Hospital.
- e) **Créditos a receber de ações judiciais** – Oriundas de ações judiciais tributárias de repetição de indébito. *Da COFINS* está na fase dos precatórios e já foi parcialmente recebido. *Do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS* está vinculada ao processo de imunidade tributária que transitou em julgado em 04 de novembro de 2013, referido na nota 21, e está em fase de execução, as duas estão sendo atualizadas pela SELIC. *Dos tributos municipais* também vinculados ao processo de imunidade tributária ganho em repercussão geral a ser pago pelo Município de Porto Alegre – RS, cujo acordo assinado em 12-05-2016, deve ser cumprido em várias etapas. A primeira parte já foi recebida na forma de dação em pagamento de um terreno de uma praça, situada ao lado do Hospital, no valor de R\$ 5.889 mil, a segunda parte no valor de R\$ 7.846 mil deve ser paga com recursos financeiros e está registrado no ativo circulante (nota 11f) e a terceira parte deverá ser quitado pelo Município com a desafetação e dação em pagamento de parte de outro terreno situado na mesma rua do Hospital, por R\$ 827 mil e a construção de duas unidades de saúde no valor total de R\$ 8.574 mil, totalizando R\$ 9.401 mil. *Do INSS* trata-se de uma ação de repetição de indébito de multas pagas espontaneamente por atraso no recolhimento de contribuições previdenciárias, pagas entre 03/1991 a 02/1999. *Do Adicional de Imposto de Renda – ADIR* estadual, pago de 10/1991 a 10/1993, este processo aguarda o pagamento do precatório nº 116543. Também estava registrado neste grupo de contas em 31-12-2018 o valor a receber de um fornecedor referente descumprimento de contrato no valor de R\$ 23 mil, este valor foi quitado em 05/2019 por R\$ 58 mil.

- f) **Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa – PECLD** - Referem-se à cessão de pessoal a diversas secretarias do Estado do Rio Grande do Sul importando em 31-12-2019 em R\$ 1.532 mil (R\$ 1.772 mil em 31-12-2018), a diversos municípios do mesmo estado em R\$ 8.797 mil (R\$ 8.988 mil em 31-12-2018) e ao município de Fortaleza – CE, R\$ 305 mil. Também foi transferido do ativo circulante para esta conta em 06/2019 R\$ 3.335 mil, referente aos valores não recebidos do município de Porto Alegre – RS.

**NOTA 13 - ATIVOS CONTINGENTES**

Repetição de indébito	31-12-2019	31-12-2018
Contribuições federais	23.780	24.024
Contribuições previdenciárias	921.260	900.187
Impostos federais	17.647	16.488
<b>Total</b>	<b>962.687</b>	<b>940.699</b>

Conforme determinam os itens 35 e 89 da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, divulgamos os valores considerados de realização provável, referentes às ações de repetição de indébito originárias dos processos de imunidade tributária obtido em 2015 dos impostos federais (IRPJ, IRRF, IOF, IPI e Imposto de Importação), em 24-08-2018 das contribuições previdenciárias (INSS patronal e terceiros) e em 20-11-2018 das contribuições federais (PIS/PASEP, COFINS, CPMF e da CSLL).

**NOTA 14 - INVESTIMENTOS**

Contas	31-12-2019	31-12-2018
<b>Participações societárias</b>	<b>9.127</b>	<b>9.127</b>
Em fundos de investimentos – FINOR e FINAM	2.160	2.160
Em outras empresas	89	89
Em outros investimentos - AHPA	6.878	6.878
<b>Perdas estimadas</b>	<b>(3.716)</b>	<b>(3.574)</b>
Em fundos de investimentos - FINOR e FINAM	(2.033)	(2.033)
Em outras empresas	(40)	(40)
Em outros investimentos - AHPA	(1.643)	(1.501)
<b>Total</b>	<b>5.411</b>	<b>5.553</b>

As participações societárias no FINOR e no FINAM e em outras empresas foram colocados à venda. O investimento na Associação dos Hospitais de Porto Alegre – AHPA refere-se a participação, sem previsão de remuneração monetária direta, exceto no caso de eventual retirada do Hospital da Associação (retorno do investimento original acrescido da variação do IGPM-FGV, conforme previsto no estatuto social da Associação). Com o objetivo de acompanhar e refletir a possibilidade do cumprimento, ou não da cláusula contratual de retorno do investimento, é calculada provisão ou reversão de perdas com base no patrimônio social da AHPA apurado no balancete de novembro de cada ano, limitada ao valor total do investimento atualizado pela variação do IGPM-FGV, conforme previsto no artigo 49 do estatuto social da Associação. A perda no investimento da AHPA em 2019 foi de R\$ 142 mil (R\$ 201 mil em 2018).

Balancete patrimonial e DRE da AHPA	31-12-2019	31-12-2018
Ativo circulante	973	856
Ativo não circulante	12.807	13.174
<b>Total do ativo</b>	<b>13.780</b>	<b>14.030</b>
Passivo circulante	2.170	2.572
Passivo não circulante	2.253	2.344
Patrimônio social	9.357	9.114
<b>Total do passivo e do patrimônio social</b>	<b>13.780</b>	<b>14.030</b>
Receitas	13.841	13.816
Despesas	(13.595)	(14.135)
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>	<b>246</b>	<b>(319)</b>
Serviços prestados ao HNSC (em reais)	8.005.802	7.543.359
Roupa processada para o HNSC - quilos	3.262.755	3.127.600,47

**NOTA 15 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL**

a) **Composição do saldo e movimentação do custo do imobilizado**

Contas	Tempo de vida útil estimada em anos	31-12-2018 Custo	Movimentação de 01-01-2019 a 31-12-2019			31-12-2019 Custo
			Adições	Baixas	Transf.	
<b>Imobilizado</b>						
Terrenos	-	54.279	-	-	-	54.279
Edificações	10 a 60	130.350	-	-	-	130.350
Edificações em imóveis de terceiros	50 a 60	367	-	-	-	367
Benefitorias em imóv. de terceiros	50 a 60	3.010	-	-	-	3.010
Instalações	5 a 60	69.528	741	(26)	888	71.131
Instalações em imóveis de terceiros	3 a 25	9	-	-	-	9
Máquinas e equipamentos hospitalares	3 a 25	145.773	11.005	(5.039)	1.284	153.023
Outras máquinas e equipamentos	3 a 25	6.827	312	(139)	-	7.000
Móveis e utensílios	3 a 25	19.075	686	(340)	27	19.448
Veículos	5 a 10	1.251	-	-	-	1.251
Equipamentos de processamento de dados	3 a 20	29.179	140	(216)	2.018	31.121
Construções em andamento	-	17.317	22.554	-	(888)	38.983
Outras imob. em andamento	-	1.899	6.389	-	(3.329)	4.959
<b>Subtotal</b>		<b>478.864</b>	<b>41.827</b>	<b>(5.760)</b>	-	<b>514.931</b>
<b>Depreciação e amortização acumulada</b>						
Edificações		(36.060)	(3.022)	-	-	(39.082)
Edificações em imóveis de terceiros		(229)	(3)	-	-	(232)
Benefitorias em imóveis de terceiros		(699)	(49)	-	-	(748)
Instalações		(19.824)	(3.488)	25	-	(23.287)
Instalações em imóveis de terceiros		(9)	-	-	-	(9)
Máquinas e equipamentos hospitalares		(95.620)	(11.486)	4.458	-	(102.648)
Outras máquinas e equipamentos		(4.397)	(411)	114	-	(4.694)
Móveis e utensílios		(10.771)	(1.287)	293	-	(11.765)
Veículos		(1.001)	(72)	-	-	(1.073)
Equipamentos de processamento de dados		(18.017)	(3.241)	203	-	(21.055)
<b>Subtotal</b>		<b>(186.627)</b>	<b>(23.059)</b>	<b>5.093</b>	-	<b>(204.593)</b>
<b>Total</b>		<b>292.237</b>	<b>18.768</b>	<b>(667)</b>	-	<b>310.338</b>

b) **Composição do saldo e movimentação do custo do intangível**

Contas	Tempo de vida útil estimada em anos	31-12-2019	31-12-2018
<b>Intangível</b>			
Software	3	955	955
Marcas e patentes	-	4	4
Potencial construtivo	-	892	892
<b>Subtotal</b>		<b>1.851</b>	<b>1.851</b>
<b>Amortização acumulada</b>			
Software		(955)	(955)
<b>Total</b>		<b>896</b>	<b>896</b>

Não houve alteração no saldo do intangível durante 2019. Em 2018 foi registrado no intangível o custo com o registro da marca "GHC". O potencial construtivo tem origem em indenização por desapropriação pelo município de imóvel situado na esquina da Avenida Francisco Trein com a Avenida Grécia, em Porto Alegre – RS e será utilizado futuramente na aprovação do projeto para construção de outro prédio no mesmo imóvel.



**HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.**  
CNPJ Nº 92.787.118/0001-20



**NOTA 16 – ARRENDAMENTOS**

Descrição	31-12-2019			31-12-2018
	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Adoção inicial	1.524	305	1.219	-
Novos contratos	375	75	300	-
Depreciação	(287)	-	-	-
Pagamento	-	(287)	-	-
Transferência	-	287	(287)	-
<b>Total</b>	<b>1.612</b>	<b>380</b>	<b>1.232</b>	<b>-</b>

Estas operações se enquadram, a partir de 1º de janeiro de 2019, na norma do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 06 (R3) – Arrendamentos. A adoção inicial da norma requer que seja feita uma análise de todos os contratos vigentes de locação ou arrendamento onde o Hospital é o arrendatário ou o arrendador. Foram analisados todos os contratos desse tipo vigentes de 01-01-2019 a 31-08-2019, num total de 72 contratos, sendo 64 como arrendatário e 8 como arrendador. Destes, apenas três de locação de imóveis, como arrendatário, se enquadram na referida norma. Com base nesta análise foi feita a adoção inicial da referida norma em agosto de 2019. Foram registrados no ativo o *direito de uso e a depreciação* e no passivo a *obrigação do arrendamento*. Para os contratos onde o Hospital é o arrendador cujo objeto é a locação de área física a receita de aluguel vai continuar a ser reconhecida mensalmente. A adoção inicial embora tenha sido efetuada em 31-08-2019 contabilizou os valores arrendados vigentes em 01-01-2019, referente três contratos de locação de imóveis. Foram considerados como arrendamento somente o valor fixo do aluguel a ser pago, embora os contratos tenham vigência de doze meses, identificamos com razoável certeza que a intenção da administração é continuar utilizando os imóveis, razão pela qual, a vigência foi estimada em cinco anos, a contar do início da vigência de cada contrato.

**NOTA 17 - PARTES RELACIONADAS**

**17.1 Transações comerciais por operação**

Ativo	31-12-2019		31-12-2018		Passivo	31-12-2019		31-12-2018	
	Circulante	31-12-2019	Circulante	31-12-2018		Circulante	31-12-2019	Circulante	31-12-2018
<b>Circulante</b>	<b>48.910</b>	<b>52.110</b>	<b>5.335</b>	<b>17.098</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	25.807	25.675	129	33					
Depósitos vincul. ou restituíveis	2.325	5.793	3.019	13.895					
Subvenções a receber	20.461	20.642	2.187	3.170					
Outras contas a receber	317	-	-	-					
<b>Não circulante</b>	<b>31.189</b>	<b>33.434</b>	<b>119.807</b>	<b>81.090</b>					
Real. L. P - Depósitos judiciais	25.824	27.927	81.090	50.869					
Invest.- Partic. em Fundos de Investimentos	127	127	38.717	30.221					
Invest.-Partic. em outras empresas	3	3	-	-					
Invest. - Outros investimentos	5.235	5.377	-	-					
<b>Total</b>	<b>80.099</b>	<b>85.544</b>	<b>125.142</b>	<b>98.188</b>					
<b>Resultado</b>			<b>2019</b>	<b>2018</b>					
Compra de material de consumo			(282)	(284)					
Compra de serviços			(8.912)	(8.289)					
Provisão e reversão para perdas com investimentos			(149)	(152)					
Doações efetuadas			-	(5)					
Despesa financeira – encargos sobre os AFAC's			-	(5.873)					
Doações recebidas			132	142					
Exclusividade pela prestação de serviços bancários			2.502	3.318					
Rendimento de aplicações financeiras			1.914	2.115					
Rendimento de depósitos vinculados ou restituíveis			25	-					
Subvenção para custeio realizada			1.520.532	1.433.932					
Varição monetária sobre depósitos recursais			688	735					
<b>Total</b>			<b>1.516.450</b>	<b>1.425.639</b>					

Legenda: AFAC – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

**17.2 Transações comerciais por empresas ou entidades**

Ativo	Tipo de sociedade	31-12-2019		31-12-2018		Passivo	31-12-2019		31-12-2018	
		Circulante	31-12-2019	Circulante	31-12-2018		Circulante	31-12-2019	Circulante	31-12-2018
<b>Circulante</b>		<b>48.910</b>	<b>52.110</b>	<b>5.335</b>	<b>17.098</b>					
Banco do Brasil S.A.	EF	28.447	27.772	122	-					
Caixa Econ. Federal	EF	-	3.696	2.187	3.170					
CNEN	AF	2	-	6	32					
Ministério da Saúde	MS	20.461	20.642	1	1					
-	-	-	-	3.019	13.895					
<b>Não circulante</b>		<b>31.189</b>	<b>33.434</b>	<b>119.807</b>	<b>81.090</b>					
AHPA	AP	5.235	5.377	38.717	30.221					
Caixa Econ. Federal	EF	25.824	27.927	81.090	50.869					
Eletrobrás	EF	3	3	-	-					
FINAN	FI	85	99	-	-					
FINOR	FI	42	28	-	-					
<b>Total</b>		<b>80.099</b>	<b>85.544</b>	<b>125.142</b>	<b>98.188</b>					
<b>Resultado</b>				<b>2019</b>	<b>2018</b>					
Associação dos Hospitais de Porto Alegre - AHPA				(8.173)	(7.744)					
Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN				(282)	(284)					
Empresa Brasil de Comunicações S.A - EBC				(298)	(329)					
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT				(116)	(95)					
Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA				(6)	(8)					
Imprensa Nacional - IN				(485)	(306)					
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO				-	(7)					
Banco do Brasil S.A. – BB				4.440	5.433					
Caixa Econômica Federal - CEF				687	735					
Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR				-	1					
Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM				18	47					
Hospital Militar de Área de Porto Alegre - HMAPA				7	(5)					
Ministério da Saúde - MS				1.520.658	1.428.201					
<b>Total</b>				<b>1.516.450</b>	<b>1.425.639</b>					

Legenda: AP – Associação Privada, AF – Autarquia Federal, EF – Estatal Federal, Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras e FI – Fundo de Investimento.

A Política de Transações com Partes Relacionadas foi elaborada nos termos da legislação em vigor Lei nº 6.404/76, 13.303/16, Decreto nº 8.945/16 e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2014/NBC TG 05 (R3) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, foi aprovada pelo Conselho de Administração em 05-12-2018 e deverá ser revisada anualmente ou sempre que fatos supervenientes o exigirem ou recomendarem. As transações com o Ministério da Saúde - MS se limitam ao repasse de recursos previstos no orçamento do Hospital para pagamento de pessoal, custeio e investimentos (os AFAC's recebidos até 31-12-2016 eram atualizados com base na taxa do SELIC até a efetiva capitalização) e com a União se referem ao capital social da sociedade. As transações com o Banco do Brasil S.A. estão previstas em contrato e se referem à exclusividade no pagamento de 100% dos créditos da Folha de Pagamento e dos depósitos judiciais, a serem pagos para os empregados e os depósitos administrativos retido das empresas terceirizadas. Na Caixa Econômica Federal S.A. estão depositados os depósitos recursais. As demais transações com Partes Relacionadas se referem a contratos de compras ou prestação de serviços vinculados a atender as necessidades normais da contratante e seguem as mesmas normas de contratação dos demais fornecedores. A Associação dos Hospitais de POA presta serviços de higienização de roupas ao Hospital conforme descrito na nota 14.

**17.3 Remuneração paga ao pessoal-chave da administração**

Descrição	2019		2018	
	Quantidade	Valor pago	Quantidade	Valor pago
Diretoria	3	766	3	865
Conselho de Administração	7	210	7	152
Conselho Fiscal	2	74	3	89
Comitê de Auditoria	3	144	3	36
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>1.194</b>	<b>16</b>	<b>1.142</b>

Em 04-04-2019 a Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária elegeu um novo Conselho de Administração e Fiscal, tendo renovado parte dos seus membros. Um dos membros do Conselho de Administração que havia optado em não receber remuneração, alterou a sua opção e voltou a receber a partir de maio de 2019. A partir de 28-11-2018 o Conselho de Administração passou a ter sete conselheiros. O Comitê de Auditoria foi eleito pelo Conselho de Administração em 24-09-2018, com remuneração mensal de quatro mil reais. A remuneração mensal da Diretoria e do Conselho de Administração consta da nota 29. Os conselheiros fiscais recebem a mesma remuneração mensal dos membros do Conselho de Administração.

**NOTA 18 – PROVISÕES TRABALHISTAS**

Descrição	31-12-2019	31-12-2018
Provisão de férias	117.476	112.091
Provisão para licença prêmio	185	158
<b>Total</b>	<b>117.661</b>	<b>112.249</b>

Nas provisões trabalhistas estão incluídos os encargos com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS. A provisão para licença prêmio esta extinta de longa data, porém ainda tem alguns funcionários que ainda não usufruíram da referida licença.

**NOTA 19 - PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES CÍVEIS E TRABALHISTAS**

Provisões	Passivo			
	31-12-2019		31-12-2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<b>Indenização trabalhista</b>				
Saldo no início do exercício	346.325	399.900	352.385	361.113
Provisão/reversão	64.804	30.677	60.989	47.737
Baixas/pagamentos	(71.964)	-	(75.999)	-
Transferências	5.462	(5.462)	8.950	(8.950)
Saldo no final do exercício	344.627	425.115	346.325	399.900
<b>Indenização civil</b>				
Saldo no início do exercício	4.633	14.750	5.802	10.704
Provisão/reversão	2.789	(1.009)	2.027	3.475
Baixas/pagamentos	(4.741)	-	(2.625)	-
Transferências	404	(404)	(571)	571
Saldo no final do exercício	3.085	13.337	4.633	14.750
<b>Indenização civil - imunidade</b>				
Saldo no início do exercício	79.270	445	15.732	62.413
Provisão	-	10	-	1.570
Transferências	5	(5)	63.538	(63.538)
Saldo no final do exercício	79.275	450	79.270	445
<b>TOTAL</b>	<b>426.987</b>	<b>438.902</b>	<b>430.228</b>	<b>415.095</b>
<b>Quantidade de processos</b>				
Indenização trabalhista	1.309	1.766	1.433	1.790
Indenização civil	3	34	7	49
Indenização civil - imunidade	2	1	2	1
<b>Total</b>	<b>1.314</b>	<b>1.801</b>	<b>1.442</b>	<b>1.840</b>

Para todos os processos cíveis ou trabalhistas ingressos na justiça e com classificação de risco praticamente certo a provisão está reconhecida no passivo circulante. Quando a classificação de risco é provável no passivo não circulante, os processos trabalhistas referem-se, basicamente, às ações movidas por empregados ativos, ex-empregados e empregados de empresas terceirizadas. Os processos cíveis, na grande maioria dos casos, são movidos por pacientes e tem como objeto principal o dano moral, indenização por erro médico e pensão vitalício. Durante o ano de 2011 foi constituída provisão cível para pagamento de honorários aos advogados contratados para propor ação de imunidade tributária. Esta provisão é atualizada mensalmente conforme cláusula contratual, e está contabilizada no passivo circulante e não circulante conforme a classificação de risco em praticamente certo e provável respectivamente. Os processos classificados com grau de risco possível, a seguir apresentados, não são contabilizados, conforme Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 25 (R2).

Classificação de risco possível	31-12-2019		31-12-2018	
	Quant. de processos	Valor	Quant. de processos	Valor
Processos cíveis	456	104.685	419	88.142
Processos trabalhistas	1.045	180.039	1.281	141.951
<b>Total</b>	<b>1.501</b>	<b>284.724</b>	<b>1.700</b>	<b>230.093</b>

**NOTA 20 - SUBVENÇÕES A REALIZAR**

Subvenções para custeio	Passivo Circulante	
	31-12-2019	31-12-2018
<b>Pessoal</b>		
Saldo no início do exercício	83	1.139
Valor a realizar	1.289.271	1.233.426
Valor realizado (transferido para a receita)	(1.289.101)	(1.234.482)
Saldo no final do exercício	253	83
<b>Prestação de serviços</b>		
Saldo no início do exercício	-	-
Valor a realizar	198.110	193.046
Valor transferido de reformas	9.212	-
Valor transferido de residência de profissionais	3.000	-
Valor realizado (transferido para a receita)	(210.322)	(193.046)
Saldo no final do exercício	-	-
<b>Reformas</b>		
Saldo no início do exercício	554	-
Valor a realizar	13.456	1.453
Valor transferido para prestação de serviços	(9.212)	-
Valor realizado (transferido para a receita)	(2.032)	(899)
Saldo no final do exercício	2.766	554
<b>Demais custeios</b>		
Saldo no início do exercício	13.258	-
Valor a realizar	6.042	13.258
Valor realizado (transferido para a receita)	(19.300)	-
Saldo no final do exercício	-	13.258
<b>Total</b>	<b>3.019</b>	<b>13.895</b>

Em cumprimento à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 07(R2) – Subvenção e Assistências Governamentais, as subvenções recebidas do Ministério da Saúde foram classificadas como subvenção para custeio de:

a) **Pessoal** - Reconhecidas no passivo pelo recebimento e transferidas para o resultado, como receita, quando utilizadas, na mesma proporção das despesas. Serve para custear as despesas com pessoal, tais como folha de pagamento com encargos, benefícios da folha e indenizações trabalhistas.



## HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.

CNPJ Nº 92.787.118/0001-20



**b) Prestação de serviços** – A partir de 01/2018 o Hospital passou a ser orçamentado diretamente pela Lei Orçamentária Anual nº 13.808 em 2019 e 13.587 em 2018. A subvenção a receber é reconhecida no ativo circulante pelo total orçamentado (nota 7) em contrapartida do passivo circulante. A medida que a despesa a ser paga com estes recursos é registrada contabilmente, a subvenção é transferida do passivo circulante para a receita na mesma proporção.

**c) Reformas e demais custeios** – Reconhecidas no ativo circulante tendo como contrapartida o passivo circulante e transferidas para o resultado, como receita, na mesma proporção das despesas que são pagas com esta receita, contabilizada pelo regime de competência. Serve para custear as despesas com a manutenção de bens imóveis (reformas), sentenças judiciais cíveis, pensões judiciais e demais despesas de custeio em geral.

### NOTA 21 - CONTRIBUIÇÕES COM EXIGIBILIDADE SUSPensa

#### a) Composição do saldo

Passivo não circulante	31-12-2019	31-12-2018
INSS Notificações Fiscais	3.124	3.097
INSS Parcelamento	11.471	11.365
<b>Total</b>	<b>14.595</b>	<b>14.462</b>

Desde o ano de 2006, o Hospital demandava na justiça em busca do reconhecimento da imunidade tributária recíproca ao pagamento dos impostos e contribuições estaduais, municipais e federais, inclusive das contribuições previdenciárias. Após ter obtido a suspensão dos pagamentos de todos os tributos, obteve, em 2015, imunidade de todos os impostos. Em 24-08-2018 conseguiu a imunidade das contribuições previdenciárias patronal e terceiros e em 20-11-2018 conquistou a imunidade das contribuições federais (PIS/PASEP, COFINS e CSLL). Os valores que estavam com os pagamentos suspensos foram baixados em 2015, 2016 e 2018 com exceção de parte do INSS Notificações Fiscais e do INSS Parcelamento (consolidado em 03/1993 em 240 parcelas, suspensão do pagamento de 59), porque a Procuradoria da Receita Federal do Brasil indeferiu administrativamente o pedido de extinção do débito, o motivo é a existência de processos de cobrança destes débitos tramitando na justiça, razão pela qual a baixa destes débitos está sendo solicitada na justiça em cada processo.

#### b) Reflexos no resultado

Demonstração do resultado	2019	2018
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>	<b>(38.703)</b>	<b>2.075.019</b>
Outras receitas operacionais	(166)	(1.314.986)
Despesas financeiras	300	-
Receita financeira	-	(859.638)
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(38.569)</b>	<b>(99.605)</b>

Na demonstração do resultado em 2019 está contabilizada em *Outras receitas operacionais* a baixa das contribuições previdenciárias de parte dos débitos notificados e de um parcelamento e na *despesa financeira* a contrapartida da atualização das contribuições previdenciárias com exigibilidade suspensa registradas no passivo ainda não baixadas. Em 2018 com a obtenção da imunidade das contribuições, previdenciárias (patronal e terceiros), PIS/PASEP, COFINS e CSLL, os valores originais e a atualização registrados em exercícios anteriores foram baixados do passivo, a contrapartida da baixa do valor principal foi registrado em *outras receitas operacionais* e a atualização na *Receita financeira*, já os valores contabilizados na despesas durante o exercício de 2018 foram baixados das próprias contas, zerando o saldo e anulando qualquer reflexo no resultado.

### NOTA 22 - CAPITAL SOCIAL

Acionistas	31-12-2019		31-12-2018	
	Quant. de ações	Valor	Quant. de ações	Valor
<b>União</b>				
Ordinárias	108.511.628	77.840	108.511.628	48.830
Preferenciais	4.530.000	3.250	4.530.000	2.039
<b>Total</b>	<b>113.041.628</b>	<b>81.090</b>	<b>113.041.628</b>	<b>50.869</b>

O capital é composto por ações sem valor nominal, pertence totalmente a União e está cem por cento integralizado. Para as ações do capital social está prevista distribuição de um dividendo mínimo obrigatório anual correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, assegurando sempre aos acionistas com ações preferenciais, prioridade no recebimento de dividendos de 10% ao ano, maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, o que não se verifica em função do saldo da conta de prejuízos acumulados ser superior aos eventuais lucros apurados. Em 04 de abril de 2019 a Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária dos Acionistas, autorizou a capitalização dos adiantamentos para futuro aumento de capital, recebidos em 2018, no montante de R\$ 30.221 mil.

### NOTA 23 - ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL – AFAC

Descrição	Patrimônio líquido		Passivo não circulante	
	31-12-2019	31-12-2018	31-12-2019	31-12-2018
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>30.221</b>	-	-	<b>445.807</b>
Encargos financeiros – taxa SELIC	-	-	-	5.873
Valor capitalizado no exercício	(30.221)	-	-	(451.680)
AFAC's recebidos	38.717	30.221	-	-
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>38.717</b>	<b>30.221</b>	-	-

Nesta conta, estão classificados os aportes de recursos recebidos e utilizados para cobrir as despesas com investimentos, em bens móveis e imóveis, cujo montante efetivamente investido, deverá ser capitalizado até a data limite da aprovação das contas do exercício, em que ocorrer a transferência, conforme determina o art. 74 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, que alterou o art. 2º, parágrafo único do Decreto nº 2.673/1998 (nota 22). Com a alteração em 26-09-2017 da natureza jurídica do Hospital para empresa pública, a partir de 01/2018 os AFAC's recebidos passaram a ser registrados no patrimônio líquido e não mais no passivo circulante.

### NOTA 24 – RESERVA DE REAVALIAÇÃO EM BENS PRÓPRIOS

Contas/descrição	31-12-2019			31-12-2018		
	Saldo no início do exercício	Valor realizado	Saldo no final do exercício	Saldo no início do exercício	Valor realizado	Saldo no final do exercício
Terrenos	9.030	-	9.030	9.030	-	9.030
Edificações	9.564	(385)	9.179	9.948	(384)	9.564
<b>Total</b>	<b>18.594</b>	<b>(385)</b>	<b>18.209</b>	<b>18.978</b>	<b>(384)</b>	<b>18.594</b>

Em 25 de agosto de 1997 os terrenos e edificações foram reavaliados por empresa especializada. A realização ocorre na mesma proporção da depreciação, venda ou baixa dos bens reavaliados. A provisão para IRPJ e CSLL constituída na época foi baixada após a obtenção da imunidade tributária.

### NOTA 25 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Contas/descrição	31-12-2019			31-12-2018		
	Saldo no início do exercício	Valor realizado	Saldo no final do exercício	Saldo no início do exercício	Valor realizado	Saldo no final do exercício
Terrenos	26.995	-	26.995	26.995	-	26.995
Edificações	18.910	(932)	17.978	19.841	(931)	18.910
Instalações	75	(75)	-	151	(76)	75
Máquinas e equip. hospitalares	9	(9)	-	61	(52)	9
<b>Total</b>	<b>45.989</b>	<b>(1.016)</b>	<b>44.973</b>	<b>47.048</b>	<b>(1.059)</b>	<b>45.989</b>

De acordo com as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade destacadas nos itens 21 e 22 da Interpretação Técnica ICPC 10, em 2010 foi apurado o *custo atribuído (deemed cost)* de bens móveis e imóveis, para determinar o valor justo dos bens mais relevantes: terrenos, prédios, instalações, microcomputadores, veículos e outros bens. Os valores dos ajustes estão registrados no ativo não circulante, no grupo de contas do imobilizado, e a contrapartida, no patrimônio líquido, na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Sobre tais valores foram constituídas provisões para contribuição social e imposto de renda diferido com contrapartidas contabilizadas no passivo não circulante. Valores estes que foram baixados com o reconhecimento da imunidade tributária do IRPJ em 2015 e a isenção da CSLL conquistada com o CEBAS em 2016. A conta de ajustes de avaliação patrimonial é realizada na mesma proporção da depreciação dos bens ajustados, quando o valor de realização é transferido para a conta de prejuízos acumulados.

### NOTA 26 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Demonstração do resultado	2019	2018
Prestação de Serviços	4.195	2.661
<b>Total</b>	<b>4.195</b>	<b>2.661</b>

Nesta conta está registrada a receita da prestação de serviços de pesquisas, estágios e das sócias locatárias (nota 5 b, c e d). O montante reduzido da prestação dos serviços decorre da alteração na forma de contabilizar os repasses recebidos do Ministério da Saúde – MS, a partir de 01-01-2018, devido a orçamentação direta da receita da prestação de serviços, que passou a ser incluída no orçamento do Hospital e deduzido dos recursos destinados pelo Ministério da Saúde ao financiamento das ações e serviços de média e alta complexidade do Município de Porto Alegre - RS. Desde então os repasses recebidos estão sendo contabilizados como subvenção para custeio (nota 7) conforme Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistências Governamentais.

### NOTA 27 – CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Demonstração do resultado	2019	2018
Salários e encargos	1.037.013	990.373
Benefícios da folha	58.669	56.152
Provisões trabalhistas	4.771	611
Consumo de material	138.075	130.462
Despesas com serviços	89.341	88.953
Depreciações/amortizações	16.926	15.868
Encargos tributários	82	62
<b>Total</b>	<b>1.344.877</b>	<b>1.282.481</b>

O custo dos serviços prestados compreende todos os custos diretos aplicados na produção dos serviços tais como salários e encargos, benefícios da folha (creche, vale transporte e alimentação), provisões trabalhistas, consumo de materiais, despesas com serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas (médicos residentes, residência multiprofissional, estagiários, abastecimento, comunicação, transporte, seguro, alugueis, conservação reparos e manutenção etc.) depreciações, amortizações e encargos tributários (IPTU sobre alugueis, taxa de coleta de lixo, taxa de iluminação pública e multas fiscais) cujo montante foi apurado com base no custo de cada setor diretamente vinculado ao custo dos serviços prestados. A variação total foi um acréscimo de 4,87% ao ano enquanto que a inflação medida pelo IPCA foi de 4,31%. No mesmo exercício a produção de serviços cresceu 1,37% (nota 37).

### NOTA 28 – DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Demonstração do resultado	2019	2018
Salários e encargos	95.946	88.878
Benefícios da folha	4.028	3.950
Provisões trabalhistas	641	93
Consumo de material	1.522	1.409
Despesas com serviços	17.257	17.535
Depreciação	6.420	6.151
Encargos tributários	199	299
<b>Total</b>	<b>126.013</b>	<b>118.315</b>

As despesas gerais e administrativas compreendem todas as despesas aplicadas nos serviços administrativos, tais como salários e encargos, benefícios da folha (creche, vale transporte e alimentação), provisões trabalhistas, consumo de materiais, despesas com serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas (estagiários, abastecimento, comunicação, transporte, seguro, alugueis, conservação reparos e manutenção etc.) depreciação e encargos tributários (taxa de coleta de lixo, taxa de iluminação pública e multas fiscais) cujo montante foi apurado com base na despesa de cada setor diretamente vinculado a despesas gerais e administrativas. A variação total foi um acréscimo de 6,51% ao ano enquanto que a inflação medida pelo IPCA foi de 4,31%. Cabe destacar que a produção de serviços no mesmo exercício cresceu 1,37% (nota 37).

### NOTA 29 - REMUNERAÇÕES PAGAS A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

Remuneração	31-12-2019			31-12-2018		
	Maior	Menor	Média	Maior	Menor	Média
Diretores	25.394	5.625	18.805	21.813	16.148	19.925
Conselho de Administração	2.751	2.751	2.751	2.363	2.363	2.363
Empregados	39.293	1.779	8.607	33.763	1.699	8.286

Em cumprimento a Resolução nº 3, de 31 de dezembro de 2010, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União e da Lei nº 13.303/2016, art. 12, inciso I, informamos no quadro acima a remuneração mensal é individual dos administradores e empregados, incluindo os benefícios e as vantagens pagas aos empregados. Cabe destacar que os três diretores e os sete conselheiros recebem a mesma remuneração. Na remuneração dos diretores não está incluída a remuneração recebida por um dos diretores como membro do conselho de administração nem um terço de férias paga anualmente e o FGTS depositado em conta vinculada mensalmente. O diretor que recebe o menor salário recebe a diferença no órgão de origem, que é reembolsado pelo Hospital. A despesa consolidada com a remuneração total dos três diretores e sete conselheiros de administração totalizou em 2019 R\$ 976 mil (R\$ 1.016 mil em 2018). Os honorários mensais dos conselheiros de administração são fixados a 10% da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos ao adicional de férias e benefícios. A Assembleia Geral Ordinária do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., realizada em 04 de abril de 2019 e 05 de abril de 2018, fixou a remuneração dos administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) em até R\$ 1.718 mil e R\$ 1.518 mil respectivamente, como limite global de remuneração a ser paga no período compreendido entre abril de 2019 e março de 2020 e abril de 2018 e março de 2019.

### NOTA 30 - PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

Foi implantado em 1º de agosto de 1998 o *Plano de Contribuições Definidas - Fundo Gerador de Benefícios*, um plano atuarial de previdência privada aos empregados, administrado pela empresa Bradesco Vida e Previdência S.A.. Participam do plano 10 empregados em 31-12-2019 (11, em 31-12-2018). O plano atuarial foi calculado segundo os parâmetros determinados pela Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1997, revogada pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001. A contribuição do Hospital é fixa em 8% sobre a remuneração dos participantes. O plano de benefícios foi concebido sob o critério técnico de renda mensal vitalícia, ou de renda mensal vitalícia reversível em 50% ao cônjuge, equivalente a 40% da remuneração bruta do participante na data da implantação do plano. A taxa de administração é de 2,8% sobre o valor total das contribuições pagas pela instituidora e participantes. No exercício de 2019 as contribuições do Hospital foram de R\$ 296 mil (R\$ 362 mil em 2018).

### NOTA 31 – DESPESAS FINANCEIRAS

Despesas	2019	2018
Juros sobre o parcelamento com INSS com o pagamento suspenso	271	272
Juros sobre notificações fiscais do INSS	29	-
Juros sobre os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC	-	5.873
Demais juros sobre contas do passivo	8	94
Encargos com o FGTS	-	5
Multas compensatórias	15	31
Variação monetária passiva	-	13
<b>TOTAL</b>	<b>323</b>	<b>6.288</b>

Nas despesas financeiras estão registrados os juros incidentes sobre as contribuições previdenciárias com exigibilidade suspensa (nota 21), os juros sobre os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC, recebidos de 01-01-2008 a 31-12-2016, calculados com base na taxa SELIC, até a sua efetiva capitalização em 21-03-2018 (nota 23). Os demais juros se referem à atualização de contas do passivo com base no regime de competência.

### NOTA 32 – RECEITAS FINANCEIRAS

Receitas	2019	2018
Baixa dos juros das contribuições previdenciárias patronal	-	640.408
Baixa dos juros das contribuições previdenciárias terceiros	-	154.460
Baixa dos juros das contribuições para o PIS/PASEP	-	5.905
Baixa dos juros das contribuições para a COFINS	-	27.836
Baixa dos juros da CSLL	-	31.028
Juros sobre a repetição de indébito do ICMS	309	39
Rendimento de aplicação financeira	1.939	2.114
Demais juros sobre contas do ativo	2.985	513
Variação monetária ativa sobre depósitos para recurso – FGTS	687	735
Variação monetária ativa sobre outras contas do ativo	36	6
<b>TOTAL</b>	<b>5.956</b>	<b>863.044</b>



## HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.

CNPJ Nº 92.787.118/0001-20



Nas receitas financeiras estão registrados os juros sobre a repetição de indébito do ICMS, em função do processo de imunidade tributária, os rendimentos das aplicações financeiras, os juros e variações sobre contas do ativo, com base no regime de competência. Em 2018 estão também registrados nesta conta a baixa dos juros incidentes sobre as contribuições federais com exigibilidade suspensa, baixada em decorrência da obtenção da imunidade tributária (nota 21).

### NOTA 33 – SUBVENÇÃO PARA CUSTEIO

Demonstração do resultado	2019	2018
<b>Repasse recebido</b>		
Pessoal	1.123.862	1.069.754
Benefícios da folha de pagamento	74.126	69.963
Médicos residentes	14.512	14.123
Residência multiprofissional	6.132	6.646
Sentenças judiciais trabalhistas	70.469	73.996
Prestação de serviços	192.627	186.216
Prestação de serviços não recebidos	17.695	6.830
Sentenças judiciais cíveis	4.740	2.622
Pensões	1.024	975
Reformas	2.032	2.740
Do ERGS – para compra de medicamentos (decisão judicial)	52	-
Demais custeios	13.313	67
<b>Total</b>	<b>1.520.584</b>	<b>1.433.932</b>

Os repasses recebidos do Ministério da Saúde em reais e os valores pagos com cotas do orçamento, foram classificados na receita como subvenção para custeio, de acordo com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/ NBC TG 07(R2) – Subvenção e Assistências Governamentais e são reconhecidas na receita quando utilizadas, na mesma proporção das despesas. Servem para custear todas as despesas de pessoal, encargos, benefícios da folha, indenizações cíveis e trabalhistas e demais custeios. Os recursos repassados pelo Ministério da Saúde, que eram oriundos de prestação de serviços, passaram a ser orçamentados diretamente no orçamento do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. pela Lei Orçamentária Anual nº 13.808 em 2019 e 13.587 em 2018. Razão pela qual se, deixou de emitir as notas fiscais de serviços contra o gestor do SUS, o Município de Porto Alegre/RS e de classificar contabilmente como prestação de serviços, na receita bruta, como era feito até 31-12-2017. Os recursos são reconhecidos no ativo circulante pelo total orçamentado (nota 7) em contrapartida do passivo circulante (nota 20). A medida que a despesa (material de consumo e serviços) a ser paga com estes recursos é registrada contabilmente com base no regime de competência, esta receita é transferida do passivo circulante para a receita de subvenção para custeio. Quando os recursos são repassados pelo Ministério da Saúde, conforme a necessidade financeira de desembolso do Hospital, estes são baixados do ativo circulante.

### NOTA 34 – LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO

Despesas	31-12-2019	31-12-2018
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>	<b>(38.703)</b>	<b>2.075.019</b>
Despesas e (receitas) – imunidade	95	(2.174.624)
Provisão para indenização trabalhista	95.481	108.775
Reversão das subvenções para investimentos	(846)	-
Juros sobre os Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC's	-	5.873
<b>Lucro após excluir as despesas sem contrapartida na receita e as receitas sem contrapartida na despesa</b>	<b>56.027</b>	<b>15.043</b>

Em virtude da ação de imunidade tributária ter ocasionado a suspensão dos pagamentos de todas as contribuições federais, referidas na nota 21, a dívida permaneceu registrada no passivo sendo atualizado, o que gerou a apropriação de juros desde 2006. Com o ganho do processo judicial se obteve a imunidade tributária das contribuições previdenciárias em 24-08-2019, o que provocou a baixa das referidas contribuições. Tanto os juros quanto as baixas acrescidas da provisão para indenizações trabalhistas e dos encargos financeiros sobre os AFAC, todos sem contrapartida na receita, contribuíram significativamente para a formação do lucro em 2018 e do prejuízo em 2019.

### NOTA 35 – COBERTURA DE SEGUROS

Ativos	31-12-2019	31-12-2018
Incêndio, explosão, danos elétricos, fumaça, impactos de veículos terrestres, queda de aeronaves e fenômenos da natureza.	215.644	319.294
Roubo e ou furto de bens	1.000	2.214
Responsabilidade civil operações	710	870
Veículos	2.400	1.000
<b>Total</b>	<b>219.754</b>	<b>323.378</b>

A sociedade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para a cobertura de eventuais sinistros. A apólice para cobertura de incêndio, roubo ou furto de bens e responsabilidade civil tem vigência de 11/02/2019 a 10/02/2020 e a apólice do seguro dos veículos a vigência é de 19/11/2019 a 18/11/2020.

### NOTA 36 – EVENTOS SUBSEQUENTES

De 31 de dezembro de 2019 até a data do fechamento das demonstrações contábeis, não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas.

### NOTA 37 – DADOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS

Em cumprimento ao inciso VI do art. 8º da Lei nº 13.303/16 informamos alguns dos principais dados consolidados relacionados à produção:

Produção/Quantidade	2019	2018	Variação %
Consultas	1.475.137	1.442.002	2,30
Procedimentos	733.044	691.868	5,95
SADT	4.444.326	4.429.305	0,34
Internações	54.829	53.735	2,04
Cirurgias/curetagens e outros	32.485	32.005	1,50
Partos	6.325	5.829	8,51
<b>Total</b>	<b>6.746.146</b>	<b>6.654.744</b>	<b>1,37</b>
<b>Indicadores hospitalares (média)</b>			
Média de permanência	7,7 dias	7,8 dias	-0,01 dias
Taxa de ocupação hospitalar	84,87%	82,30%	2,57
Taxa de mortalidade institucional	4,4%	4,6%	-0,20
<b>Total da receita menos as baixas da imunidade em 2018</b>	<b>1.539.103</b>	<b>1.448.552</b>	<b>6,25</b>

Legenda: SADT – Serviços de Apoio Diagnósticos e Terapêuticos, inclui sessões de fisioterapia, quimioterapia e exames. Os indicadores acima listados sintetizam a atuação do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. na sua atividade fim, qual seja a prestação de serviços de assistência à saúde aos usuários do SUS. Desse modo os dados da produção/quantidade apresentados estão relacionados à capacidade de atendimento e à demanda da população. Quanto ao valor da receita composta pelos valores recebidos da subvenção para custeio, destinada ao pagamento de salários, encargos, indenizações trabalhistas e da prestação de serviços, a variação se justifica basicamente pelo acréscimo dos salários por dissídios.

### NOTA 38 - CONTINUIDADE OPERACIONAL

Para garantir a viabilidade econômica do Hospital se faz necessária a manutenção permanente e equilibrada das subvenções para custeio e investimentos (notas 07, 20, 23 e 33) repassados pelo Ministério da Saúde, sem as quais não há condições de manter o atendimento hospitalar 100% gratuito aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

André Martins de Lima Cecchini  
Diretor-Superintendente  
CPF nº 439.582.810-87

Francisco Antônio Zancan Paz  
Diretor Técnico  
CPF nº 131.537.900-78

Cláudio da Silva Oliveira  
Diretor Administrativo e Financeiro  
CPF nº 000.786.600-33

Rozinha Topanotti Trentin  
Contadora CRC/RS 41.119  
CPF nº 257.247.890-00

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Diretores e Acionistas do  
HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A  
Porto Alegre - RS

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos à atenção para o conteúdo das Notas Explicativas nº 34 e 38 que descreve o efeito gerado por prejuízos, ocasionando um passivo a descoberto de R\$ 533.908 mil. As demonstrações foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às empresas em continuidade operacional normal e não incluem quaisquer ajustes às contas de passivo que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das operações, pressupondo-se o recebimento integral dos repasses oriundos do Ministério da Saúde para o custeio da folha de pagamento, encargos e investimentos.

### Outros Assuntos

#### Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para Entidades abertas. A administração da Entidade decidiu apresentar essa demonstração como informação complementar às IFRS e legislação brasileira, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

#### Valores Correspondentes

As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram revisadas por outros auditores que emitiram uma opinião sem modificação sobre as demonstrações contábeis em 25 de janeiro de 2019.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório Integrado. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório Integrado e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório Integrado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório Integrado, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de janeiro de 2020.

RUSSELL BEDFORD BRASIL  
AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
2 CRC/RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira  
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP  
Sócio Responsável Técnico

Luciano Gomes dos Santos  
Contador CRC RS 59.628/O-2  
Sócio Responsável Técnico



**HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.**  
CNPJ Nº 92.787.118/0001-20



## PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A. SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2019

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados, concluíram que:

- os processos de controles internos para a produção dos relatórios financeiros são efetivos e as ações de prevenção e combate à fraude e corrupção são adequadas;
- a Auditoria Interna tem estrutura organizacional adequada às exigências da instituição, permitindo um desempenho satisfatório de suas funções, com atuação independente;
- a Auditoria Independente é efetiva e não foi reportada nenhuma ocorrência que pudesse comprometer sua independência;
- não foi identificada nenhuma situação de divergência significativa entre a Administração do GHC, os Auditores Independentes da Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S e o próprio Comitê de Auditoria em relação às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019;
- a gestão e o monitoramento dos principais fatores de riscos vêm sendo gerenciados pela Administração.

As opiniões e julgamentos do Comitê de Auditoria Estatutário do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., dependem das informações que são apresentadas, em particular pelos Administradores, Contabilidade, Assessoria Jurídica, Auditoria Interna, Gerência de Governança, Riscos e Conformidade, Ouvidoria e demais Gerências, além dos Auditores Externos Independentes.

Neste sentido, o Comitê de Auditoria Estatutário julga que todos os assuntos pertinentes que lhe foram dados a conhecer estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 acompanhadas do Relatório Integrado da Administração, do Relatório dos Auditores Independentes emitido em 24 de janeiro de 2020, e, portanto, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das referidas Demonstrações Financeiras auditadas.

Porto Alegre, 17 de fevereiro de 2020.

João Carlos Barros Krieger  
Presidente do Comitê de Auditoria

Jaqueline Magalhães da Costa  
Membro do Comitê de Auditoria

Paulo Henrique Ferreira de Melo  
Membro do Comitê de Auditoria

## PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CNPJ 92.787.118/0001-20, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após análise do Relatório Integrado e das Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhada do "Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis", sem ressalvas, da Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S, recomenda, com base no art. 189, da Lei nº 6.404/1976, que o prejuízo apurado no exercício seja transferido para a conta de prejuízos acumulados. Em face do exposto, e com base no artigo 46, inciso XX, do Estatuto Social, o Conselho de Administração aprova os citados documentos e os submete à apreciação da Assembleia Geral Ordinária.

Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2020.

Alex Machado Campos  
Conselheiro de Administração  
Humberto Scheuermann  
Conselheiro de Administração  
Ricardo Rosa Sarmanho  
Conselheiro de Administração

André Martins de Lima Cecchini  
Conselheiro de Administração  
Leandro Gostisa  
Conselheiro de Administração  
Rogério Dalfollo Pires  
Conselheiro de Administração

Cleusa Rodrigues da Silveira Bernardo  
Presidente do Conselho de Administração

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu o exame do RELATÓRIO INTEGRADO e das DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, ambos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, devidamente aprovado pelo Conselho de Administração, em 18 de fevereiro de 2020. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis, sem ressalvas, da Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina, com base no art. 189, da Lei nº 6.404/1976, que o prejuízo apurado no exercício seja integralmente transferido para a conta de prejuízos acumulados, que os referidos documentos societários refletem a situação patrimonial, financeira e de gestão do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. e estão em condições de serem aprovados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2020.

Arinaldo Bomfim Rosendo  
Conselheiro Fiscal

Núbia Nette Alves Oliveira de Castilhos  
Conselheira Fiscal

Robson Santos da Silva  
Conselheiro Fiscal